



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS	
	_

(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)	
EMENTA: Dispõe sobre a transferência do salário-educação.	
DESPACHO: 10/08/2001 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI № 2.379, DE 1996)	
ENCAMINHAMENTO INICIAL: AO ARQUIVO, EM/1091 0/1	:
REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA COMISSÃO INÍCIO	TÉRMINO / / / / / / / / / / / / / / / / / / /
DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente:	
Comissão de:Em A(o) Sr(a). Deputado(a):Presidente:Em Comissão de:Em	n:
A(o) Sr(a). Deputado(a):	n:/
A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente:	n:/
A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente: Comissão de: Em	n:
Comissão de:Em A(o) Sr(a). Deputado(a):Presidente:	
Comissão de:Em	

DCM 3.17.07.003-7 (JUL / 00)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 5.028, DE 2001 (DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Dispõe sobre a transferência do salário-educação.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.379, DE 1996)

O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

- **Art.** 1º A União transferirá os recursos do salárioeducação, diretamente para a conta especifica do órgão educacional de cada Estado e do Distrito Federal.:
- Art. 2º O órgão federal competente tornará público o montante da receita arrecada até o último dia útil subsequente ao do mês de arrecadação.:
- Art. 3º É permitido a celebração de convênios entre a União e os Estados e o Distrito Federal para arrecadarem o salário-educação nos respectivos territórios.
- §1º Os Estados e o Distrito Federal manterão a quota, na forma prevista no primeiro artigo e no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, transferindo à União a parte da receita que lhe couber.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§2º Os Estados e o Distrito Federal tornarão público o montante da receita arrecada até o último dia útil subsequente ao do mês da arrecadação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei, tem o objetivo de agilizar a aplicação dos recursos do salário educação, fazendo chegar com mais rapidez aos estabelecimentos educacionais, que são os que realmente necessitam.

Em uma analise mais profunda, o presente projeto não aumente ou diminui a receita ou despesa da União, uma vez que o objetivo é estabelecer a obrigatoriedade de transferência dos recursos do salário educação diretamente à conta específica do órgão educacional de cada Estado e do Distrito Federal.

Diante do exposto solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, 08 de agosto de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO

PFL-RJ



PL 5028/01

Apense-se ao PL 2379/96. (Ordinária - Art. 151, III, RICD)

Em 10/08/01

AÉCIO NEVES Presidente

RECIBO DE PROJETO DE LEI APRESENTADO EM PLENÁRIO PELO DEPUTADO JOSÉ CARLOS COUTINHO

Data de Recebimento: 08/08/2001

Hora de recebimento: 16:48

Cód. Arquivo Inteiro

Teor:

004064-9 (DOC684).